

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.341 - SP (2019/0207773-9)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**AGRAVANTE : MARCO AURELIO DE BRITO**  
**ADVOGADO : DAVID PEREIRA CARVALHO - SP309149**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **EMENTA**

PENAL MILITAR. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **MARCO AURELIO DE BRITO** contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado em face de acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (fl. 1.038):

*"Penal Militar. Art. 312, do CPM - Falsidade ideológica. Militar que insere dados falsos relativos a abordagem de pessoas e veículos. Condenação em Primeiro Grau. Preliminares de vício na inquirição do apelante, na divergência entre as datas dos fatos e da notitia criminis e por rasura no formulário. Aplicação do brocardo pas de nullité sans grief e inexistência de repercussão de vícios do inquérito sobre o processo-crime. Pleito de absolvição por reconhecimento de crime impossível pela absoluta impropriedade do meio não acolhido. Embora o documento sob apreço não seja formulário oficial, preenche todos os requisitos para sua caracterização como documento público. Alegação de ausência de dolo específico e carência de relação de causalidade rejeitadas. NEGADO PROVIMENTO."*

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 1.080/1.084). Eis a ementa do acórdão:

*"Embargos de Declaração, Com finalidade de prequestionamento - Alegação de omissões no v. Acórdão pela ,pão . apreciação de argumentos esgrimidos nas razões de apelo."*

# Superior Tribunal de Justiça

*Vício inexistente - Ainda que com finalidade dê prequestionar matéria para possibilitar acesso às Cortes Superiores, "os Embargos devem observar os estreitos limites previstos na lei processual castrense. Embargos rejeitados."*

Nas razões do recurso especial (fls. 1.088/1.115), interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a**, **b** e **c**, da Constituição da República, a Defesa sustenta, além da divergência jurisprudencial, violação aos artigos 1º e 312, ambos do Código Penal Militar e artigos 10, 48, 52, 296 e 318, 439, alínea **a**, primeira parte, e 500, inciso III, alínea **b**, todos do Código de Processo Penal Militar, ao proferir condenação sem ter como parâmetro a conduta praticada pelo réu, a descrição em lei e os ritos processuais penais militares.

Informa, para tanto, que o agravante foi coagido para dizer a verdade, uma vez que: *"No mesmo dia dos fatos o Recorrente **foi ouvido na Seção de Justiça e Disciplina do Batalhão** ainda antes de ser instaurada a portaria do IPM, contrariando o disposto no artigo 296, §2º, CPPM. Observa-se que não há previsão no Código de Processo Penal Militar ou comum, ato de ouvir qualquer pessoa antes de ser instaurado o IPM. Tendo em vista que **o Inquérito é a gênese do processo penal**, o Recorrente jamais deveria ter sido ouvido na Sede do Batalhão, antes **de sua instauração**, assim, tal fato afronta o comando do artigo 10 do Código de Processo Penal Militar."* (fl. 1.094).

Busca, ainda, demonstrar a ocorrência de adulteração dos documentos, os quais embasaram a condenação, ao argumento de que *"reconhece-se a visível e grosseira falsidade que apresenta **o verso do Relatório de fl. 05**, em comparação com **o verso do Relatório de fl. 203**."* (fl. 1.102).

Argumenta, também, a ocorrência de atipicidade da conduta, decorrente da impropriedade do objeto, tendo em vista que os documentos de fls. 05 e 203 não são reputados documentos públicos.

Aponta, ademais, a inépcia da denúncia, porquanto *"o serviço*

# Superior Tribunal de Justiça

*militar é mister específico das Forças Armadas, não pertencente à Polícia Militar, portanto, não tal acusação é desprovida de fundamento."* (fl. 1.114).

Outrossim, pondera que "os documentos de fls. 05 e 203, não foram remetidos ao Instituto de Criminalística, e, o Incidente de Falsidade Documental ter sido julgado prejudicado pela Segunda Instância quando do julgamento da Apelação, oportunamente a defesa requereu que tais documentos fossem remetidos à 3ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar, tendo em vista tratar-se de Órgão incumbido de produzir tais documentos, julgando possuir tal Órgão da PMESP capacidade técnica para emitir parecer técnico a respeito; portanto, tal Órgão emitiu parecer confuso e parcial, sem responder qualquer quesito da defesa, e, não fundamentou a respeito das irregularidades contidas nos documentos suspeitos." (fl. 1.112).

Pleiteia, pois, a absolvição do ora agravante ou, subsidiariamente, a determinação para que sejam submetidos à perícia técnica os documentos objetos do incidente de falsidade.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 1.118-1.119), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na: **i) incidência da Súmula 7 do STJ, ii) ausência de demonstração de prejuízo sofrido pela defesa do agravante, iii) inexistência de alegação de ato de governo local contestado em face de legislação federal e iv) ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial**, quanto à interposição do recurso com base na alínea c, do permissivo constitucional. (fls. 1.122/1.127).

Nas razões do agravo (fls. 1.130/1.140), postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão.

O Ministério Público Federal opinou pelo **desproimento** recurso especial (fls. 1.159/1.168).

É o relatório.

**Decido.**

# Superior Tribunal de Justiça

## O agravo não merece ser conhecido.

A parte agravante deixou de infirmar, de **maneira adequada e suficiente**, as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem, para negar trânsito ao recurso especial, quais sejam: **i)** o reexame do acervo fático-probatório (**Súmula 7 do STJ**), **ii)** ausência de demonstração de **prejuízo sofrido pela defesa** do agravante, **iii)** inexistência de **alegação de ato de governo local contestado em face de legislação federal**, quanto à interposição do recursos com base na alínea **b**, do permissivo constitucional, e **iv)** ausência de demonstração do **dissídio jurisprudencial**.

Por oportuno, destaco, no **punctum saliens**, os seguintes trechos da decisão que inadmitiu o recurso especial (fls. 1.124/1.126):

*"Inicialmente, no que tange'à interposição calçada nas alíneas "b" e "c" do inc. III do art. 105 da CF, o especial também ,não merece conhecimento. Nas razões recursais apresentadas, não se percebe a existência de alegação de ato de governo local contestado em face da legislação federal, tampouco a indicação de dissenso pretoriano. Quando muito, o Recorrente colaciona ementas que entende dar pujança a seus argumentos, descurando, no entanto, de proceder à realização do cotejo analítico e à indicação da similitude entre os julgados.*

*[...]*

*Assim, o recurso especial não merece prosseguir ,quanto ao argumento da violação aos 1º e 312 do Código Penal Militar, bem como aos arts. 10, 48, 52, 296 e 318, 439, alínea "e", e 500, inciso III, alínea "b", todos do CPPM, pois todos os argumentos engendrados pelo Recorrente remetem, de uma forma ou de outra, ao reexame do arcabouço fático-probante amalhado aos autos, tanto que seu pleito principal é que seja absolvido por insuficiência de provas. Como se sabe, a reanálise do acervo probatório é vedada nas instâncias extraordinárias, nos termos enunciado sumular nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*[...]*

*Nesse passo, frise-se que a tentativa do Recorrente de por meios de suas questões preliminares, enfraquecer o acervo probante, também não se justifica em face'da incidência do princípio do pas de nullité sans grief, segundo o qual somente o prejuízo provado aproveita a parte, o que não restou demonstrado pelo Recorrente, pois da realização da sua oitiva antes da instauração do processo, bem como da perícia realizada pela Polícia Militar (quando o Recorrente demandava que fosse feita pelo IC) não revelaram quaisquer prejuízos à parte."*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em suas razões (fls. 1.144/1.145), a parte agravante não infirmou as razões empregadas pela eg. Corte de origem para inadmitir o recurso, demonstrando a inaplicabilidade do óbice utilizado para impedir a subida do recurso especial a esta Corte.

Ao que se tem, o agravo apenas reforçou as teses recursais, deixando de satisfazer, com isso, a exigência legal de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, das razões colacionadas na irresignação, verifico que a parte não refutou a aplicação da **Súmula 7/STJ** de maneira adequada, pois não trouxe cópias do aresto recorrido e das razões do recurso especial, de maneira a demonstrar a não incidência do referido verbete sumular, tampouco indicou precedentes em sentido contrário ao colacionado no **decisum agravado**.

**Outrossim**, olvidou-se de rebater o fundamento de inexistência de **alegação de ato de governo local contestado em face de legislação federal**, quanto à interposição do recursos com base na alínea **b**, do permissivo constitucional

Desse modo, a ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Este é o teor do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, que autoriza o relator a não conhecer de recurso que tenha deixado de impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

Na mesma direção, o art. 253, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, autoriza o relator a não conhecer do agravo que descumpra a tarefa de infirmar as razões de decidir que levaram ao trancamento do recurso especial.

Conforme entendimento assentado nesta Corte:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.*

*2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).*

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação dos fundamentos da decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo  
(Desembargador Convocado do TJ/PE)  
Relator